REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

PROJETO DE VIDA COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTALIDADE NO NOVO ENSINO MÉDIO

LIFE PROJECT AS A GOVERNANCE STRATEGY IN THE NEW HIGH SCHOOL CURRICULUM

PROYECTO DE VIDA COMO ESTRATEGIA DE GOBERNABILIDAD EN LA NUEVA EDUCACIÓN SECUNDARIA

Andréa Scopel Piol
Doutora em Educação
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Brasil.
E-mail: andrea.piol@faceli.edu.br

Cidimar Andreatta
Doutor em Ensino de Matemática.
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Brasil.
E-mail: cidimar.andreatta@faceli.edu.br

Luciane Martins de Oliveira Matos
Doutora em Educação
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Brasil.
E-mail: luciane.matos@faceli.edu.br

Flávia Maria Jaques Elias
Graduanda em Pedagogia
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Brasil.
E-mail: fmariae.j@gmail.com

Ana Carolina da Conceição Nunes
Graduanda em Pedagogia.
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Brasil.
E-mail: anacarolinaconceicao285@gmail.com

Resumo

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que institui o Novo Ensino Médio, promoveu mudanças na organização dessa etapa da Educação Básica no Brasil. A partir dessa reformulação, o currículo passou a ser estruturado em duas dimensões: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), responsável pelos conteúdos obrigatórios, e os Itinerários Formativos, que oferecem aos estudantes a possibilidade de escolha de áreas de aprofundamento alinhados a seus interesses e projetos de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

vida e profissionais. Nesse contexto, emergem dúvidas, tensões e desafios, especialmente entre os estudantes, que passam a lidar com a necessidade de tomar decisões sobre seus percursos formativos. Assim, este artigo tem como objetivo analisar as respostas produzidas por estudantes inseridos na política do Novo Ensino Médio, tomando como referência metodológica uma abordagem qualitativa, do tipo análise de conteúdo. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário composto por questões abertas e fechadas, aplicado via *Google Forms* no segundo semestre de 2024, envolvendo 385 estudantes da terceira série do Ensino Médio. O estudo contemplou quatro escolas públicas situadas em três municípios do estado do Espírito Santo – Linhares, Colatina e Aracruz. Do ponto de vista teórico, a análise está ancorada na noção de governamentalidade, proposta por Michel Foucault. Os resultados indicam que, embora os estudantes sejam formalmente convocados a exercer escolhas, evidencia-se a situação de dispositivos de poder que orientam e condicionam tais decisões. Trata-se de uma dinâmica que se materializa por meio de instituições, saberes e estratégias, direcionando os sujeitos a se autogovernarem em consonância com determinadas racionalidades políticas e educacionais.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Itinerários Formativos. Escola Pública. Governamentalidade.

Abstract

Law No. 13,415, of February 16, 2017, which establishes the New High School curriculum, promotes changes in the organization of this stage of Basic Education in Brazil. Following this reformulation, the curriculum is structured in two dimensions: the National Common Curricular Base (BNCC), responsible for mandatory content, and the Formative Pathways, which offer students the possibility of choosing areas of specialization aligned with their interests and life and professional projects. In this context, doubts, questions, and challenges arise, especially among students, who now have to deal with the need to make decisions about their formative paths. Thus, this article aims to analyze the responses produced by students involved in the New High School curriculum, using a qualitative approach, specifically content analysis, as a methodological reference. The research was conducted using a questionnaire composed of open and closed questions, applied via Google Forms in the second semester of 2024, involving 385 students in the third year of high school. This study encompasses four public schools located in three municipalities in the state of Espírito Santo – Linhares, Colatina, and Aracruz. From a theoretical standpoint, the analysis is anchored in the notion of governmentality, as proposed by Michel Foucault. The results indicate that, although students are formally called upon to exercise choices, the existence of power structures that guide and condition these decisions is evident. This dynamic materializes through institutions, knowledge, and strategies, directing individuals to self-govern in accordance with specific political and educational rationalities.

Keywords: New High School Curriculum. Educational Pathways. Public School. Governmentality.

Resumen

La Ley N° 13.415, del 16 de febrero de 2017, que establece el Nuevo Currículo de Bachillerato, promueve cambios en la organización de esta etapa de la Educación Básica en Brasil. Tras esta reformulación, el currículo se estructura en dos dimensiones: la Base Curricular Nacional Común (BNCC), responsable de los contenidos obligatorios, y las Trayectorias Formativas, que ofrecen a los estudiantes la posibilidad de elegir áreas de especialización alineadas con sus intereses y proyectos de vida y profesionales. En este contexto, surgen dudas, preguntas y desafíos, especialmente entre los estudiantes, quienes ahora deben tomar decisiones sobre sus trayectorias formativas. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar las respuestas producidas por los estudiantes involucrados en el Nuevo Currículo de Bachillerato, utilizando un enfoque cualitativo, específicamente el análisis de contenido, como referencia metodológica. La investigación se llevó a cabo mediante un cuestionario compuesto por preguntas abiertas y cerradas, aplicado a través de Google Forms en el segundo semestre de 2024, con la participación de 385 estudiantes de tercer año de bachillerato. Este estudio abarca cuatro escuelas públicas ubicadas en tres municipios del estado de Espírito Santo: Linhares, Colatina y Aracruz. Desde una perspectiva teórica, el análisis se fundamenta en la noción de gubernamentalidad, propuesta por Michel Foucault. Los resultados

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

indican que, si bien se invita formalmente a los estudiantes a tomar decisiones, la existencia de estructuras de poder que guían y condicionan dichas decisiones es evidente. Esta dinámica se materializa a través de instituciones, conocimientos y estrategias, que orientan a los individuos hacia la autogestión de acuerdo con racionalidades políticas y educativas específicas.

Palabras clave: Nueva Enseñanza Secundaria. Itinerarios Formativos. Escuela Pública. Gubernamentalidad.

1. Considerações iniciais

A Reforma do Ensino Médio, instituída inicialmente pela Medida Provisória nº 746/2016 e posteriormente convertida na Lei Nacional nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017a), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promoveu mudanças significativas na organização e na estrutura do Ensino Médio no Brasil.

Entre as principais mudanças, destaca-se a ampliação da carga horária mínima anual, que passou a prever a expansão progressiva para até 1.400 horas anuais nas instituições que adotam o modelo de tempo integral. Além disso, houve uma reorganização curricular, que passou a ser estruturada a partir dos componentes obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos itinerários formativos, estruturados por diferentes arranjos curriculares, em consonância com as especificidades e demandas do contexto local de cada instituição de ensino.

Nesse contexto, a BNCC do Ensino Médio, fundamentada no desenvolvimento de competências e habilidades previstas para a Educação Básica e no princípio da educação integral, orienta as aprendizagens dessa etapa. Essa orientação abrange tanto as aprendizagens essenciais definidas na própria BNCC quanto aquelas vinculadas aos distintos itinerários formativos – incluindo a formação técnica e profissional –, conforme estabelecido na Lei 13.415/2017.

Assim, os currículos do Ensino Médio passaram a ser organizados pela formação geral básica, articulada aos itinerários formativos, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 3/2018 e Resolução CNE/CEB nº 3/2018), buscando promover maior flexibilidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

curricular e integração entre os conhecimentos e adequação às diferentes trajetórias formativas dos estudantes.

Essa estrutura sistematizada, organizada por itinerários formativos e orientada, em muitos casos, por uma perspectiva de formação técnica e profissional, tem suscitado preocupações ao campo acadêmico. Tais inquietações decorrem da necessidade de que a oferta desses itinerários esteja efetivamente articulada às realidades locais e ao contexto socioeconômico e cultural em que as escolas estão inseridas. Contudo, essa articulação nem sempre se efetiva de forma consistente, o que pode acentuar desigualdades e restringir as oportunidades formativas dos estudantes, sobretudo em contextos de menor oferta de recursos e condições estruturais adequadas.

Nesse contexto, o Projeto de Vida assume papel central, alicerçado no desenvolvimento de competências e habilidades previstas para essa etapa da Educação Básica. Os itinerários formativos, por sua vez, configuram-se como instrumentos por meio dos quais os estudantes podem concretizar seus projetos pessoais e profissionais, especialmente no âmbito da formação técnica e profissional organizada ofertada pelas instituições.

Diante desse cenário, indagamos: os itinerários formativos estabelecem, de fato, diálogo consistente com as realidades locais e regionais dos estudantes, de modo a assegurar que as opções ofertadas sejam significativas e coerentes com suas trajetórias de vida?

Além disso, questiona-se se as escolhas realizadas pelos estudantes decorreram de suas próprias necessidades, interesses e sensibilidades ou se foram condicionadas pelas possibilidades limitadas de oferta das instituições. Em outras palavras, trata-se de problematizar em que medida a promessa de protagonismo juvenil e de autonomia na construção do Projeto de Vida se efetiva na prática escolar, considerando as condições materiais, estruturais e pedagógicas que permeiam a implementação dos itinerários formativos.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa deste estudo busca promover reflexões a partir das respostas de 385 estudantes matriculados na terceira série do Ensino Médio, provenientes de quatro escolas públicas participantes da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

pesquisa, que compartilham suas percepções acerca do Novo Ensino Médio e dos Itinerários Formativos.

No que se refere ao processo de seleção dos participantes, optamos por incluir a totalidade dos estudantes matriculados nas turmas envolvidas nas quatro escolas investigadas, caracterizando, assim, uma participação mais ampla e não amostral dentro de cada contexto escolar. As instituições foram selecionadas por critério de acessibilidade e inserção dos pesquisadores nessas instituições de ensino.

A construção dos dados ocorreu por meio de um questionário composto por questões abertas e fechadas, aplicado aos estudantes via plataforma *Google Forms,* no segundo semestre de 2024. A pesquisa contemplou quatro escolas públicas localizadas em três municípios do estado do Espírito Santo – Linhares, Colatina e Aracruz –, possibilitando a sistematização das informações sobre as experiências dos estudantes em relação aos itinerários formativos.

As pesquisas qualitativas, segundo Gil (2002), têm o objetivo de proporcionar uma visão geral de determinado fenômeno, contribuindo para o desenvolvimento, aprofundamento e reformulação de ideias e conceitos. Nesse sentido, a análise dos dados produzidos busca aproximar o contexto e a problemática da pesquisa, permitindo a interpretação e a inferência das comunicações expressas pelos estudantes.

Para o tratamento dos dados, adotamos a análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2009). Essa abordagem consiste em um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de análise das comunicações, que visa descrever e interpretar o conteúdo das mensagens, possibilitando a construção de inferências sobre as condições de produção e recepção das informações.

Teoricamente, ao incorporar a discussão sobre o Projeto de Vida dos estudantes do ensino médio, os estudos de Michel Foucault dialogam com a concepção da educação como um movimento de resistência, conforme proposto por Sílvio Gallo. Nessa perspectiva, compreendemos que o ensino médio não deve se restringir à mera transmissão de conteúdos, mas constituir-se como uma prática formativa que favoreça a problematização da realidade, a reflexão sobre si e a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

construção de sentidos para a vida. Trata-se, portanto, de um espaço que possibilite aos estudantes refletirem sobre suas escolhas, compreenderem suas trajetórias e desenvolverem sua autonomia crítica, articulando saberes escolares às suas experiências pessoais.

Nesse contexto, a "ideia" de Projeto de Vida, difundida nas diretrizes do Novo Ensino Médio, pode ser compreendida de maneira ambígua: por um lado, apresenta-se como uma proposta pedagógica que busca incentivar o protagonismo juvenil, a construção de objetivos pessoais e o planejamento futuro; por outro lado, ao ser incorporada em um modelo educacional marcado por racionalidades e técnicas produtivistas, pode acabar sendo reduzida a um instrumento de adequação dos estudantes às demandas do mercado de trabalho, esvaziando seu potencial formativo.

Entendemos, a partir das contribuições de Foucault, que as relações de poder operam de maneira difusa, atravessando práticas, discursos e instituições, influenciando a constituição dos sujeitos, seus desejos e seus modos de vida.

Assim, o Projeto de Vida pode ser analisado como uma tecnologia de governo dos sujeitos do ensino médio, uma vez que orienta condutas, organiza expectativas e direciona escolhas individuais segundo determinadas normativas sociais. Esses mecanismos de controle e regulação dos corpos e das subjetividades permitem estabelecer uma a aproximação entre o poder de disciplinas descritas por Foucault e o atual modelo do Ensino Médio. Em muitos casos, as propostas pedagógicas tendem a assumir um caráter mais tecnicista, priorizando competências e habilidades voltados à inserção produtiva, em detrimento de experiências formativas.

Pensar o Projeto de Vida no ensino médio requer ir além de uma abordagem instrumental, reconhecendo-o como campo de disputa entre diferentes concepções de formação, reconhecendo como campo de disputa entre diferentes concepções de formação, reafirmando a escola como espaço de criação, experiência, invenção.

2. Currículo, Projeto de Vida e Governamentalidade no Novo Ensino Médio

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

O tema do Novo Ensino Médio e dos itinerários formativos tem sido amplamente discutido por diversos autores, que vêm contribuindo de modo significativo para a reflexão sobre a educação no Brasil. A análise desses estudos permite compreender melhor as mudanças estruturais e pedagógicas implementadas nessa etapa da Educação Básica, bem como os efeitos dessas transformações sobre os estudantes, docentes e instituições.

Nesse contexto, Macedo e Silva (2022) destacam que, nas políticas educacionais atuais, condutas que podem levar à exaustão ou adoecimento são frequentemente ressignificadas como expressão de persistência e resiliência, ao mesmo tempo em que reforçam a lógica do capital humano, na qual o sucesso e o fracasso tendem a ser atribuídos ao indivíduo, contribuindo para a naturalização das desigualdades sociais.

Sob a perspectiva foucaultiana, evidencia-se a constituição do sujeito neoliberal, orientado à produção econômica, à eficiência e ao desempenho individual, frequentemente descrito como o "homem-máquina" (Thessing, 2020). Nesse sentido, a noção de governamentalidade, em Michel Foucault, permite compreender como o poder moderno opera não apenas por meio da coerção direta, mas pela condução das condutas, estimulando o autocontrole e a responsabilização dos indivíduos por suas próprias escolhas e resultados. No contexto do Novo Ensino Médio, essa racionalidade se expressa na organização curricular e na estrutura dos itinerários formativos, que passam a orientar práticas de modo a influenciar comportamentos, escolhas e projetos de vida em consonância com princípios de matriz neoliberal.

Desse modo, o discurso educacional do Ministério da Educação (MEC), ao apresentar os estudantes como protagonistas de suas trajetórias e responsáveis pelos resultados de suas escolhas, pode operar como uma estratégia de governamentalidade. Nessa lógica, promove-se o autocontrole e a autogestão, ao mesmo tempo em que se consolidam relações sutis de poder, disciplina social e padrões de desempenho alinhados às demandas do mercado. Sendo assim, o currículo e os itinerários formativos não apenas transmitem saberes, mas também configuram processos de subjetivação, levando os estudantes a internalizar valores

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

como eficiência, produtividade e competitividade, características centrais do sujeito neoliberal.

Embora o Novo Ensino Médio proponha ampliar a autonomia estudantil e valorizar o Projeto de Vida, observamos que ele se ancora em uma lógica de poder que orienta o comportamento dos sujeitos, direcionando suas escolhas em consonância com valores de matriz neoliberal, com ênfase em competências técnicas e na preparação para o mercado, em detrimento de experiências formativas mais amplas e críticas.

Nesse sentido, o Projeto de Vida, enquanto instrumento pedagógico, pode funcionar simultaneamente como um espaço de protagonismo e como um mecanismo de disciplinamento, evidenciando a tensão entre emancipação e controle institucional, funcionando como um dispositivo de poder e regulação social. Assim, ele se configura também como um dispositivo de poder e regulação social, ao orientar percursos formativos, expectativas e decisões dos estudantes.

Nessa lógica, o currículo atua como instrumento de governamentalidade ao orientar o que deve ser aprendido, como deve ser aprendido e quais escolhas são possíveis, ele condiciona a formação dos estudantes a valores de eficiência, produtividade e competitividade, organizando saberes, práticas e competências.

O currículo direciona a construção do Projeto de Vida, apresentando-o como ferramenta de autogerenciamento, tomada de decisões e responsabilização individual. No entanto, essa organização curricular nem sempre se alinha às realidades locais das escolas ou às necessidades específicas dos estudantes, o que pode limitar, na prática, a efetividade da liberdade de escolha. Ao mesmo tempo, a ênfase no currículo estruturado por itinerários formativos tende a valorizar competências voltadas ao mercado, priorizando a preparação para a inserção profissional.

Nesse sentido, a análise revela um movimento ambivalente: por um lado, ele pode favorecer a elaboração de projetos de vida; por outro, também atua como instrumento de disciplinamento, ao produzir valores de matriz neoliberal e consolidar práticas que orientam os sujeitos segundo padrões socialmente definidos de comportamento, desempenho e sucesso.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

Nesse sentido, o currículo do Novo Ensino Médio tende a deixar de ser concebido e vivido como uma experiência de invenção (Deleuze, 1974; 1995; 2006), isto é, como um espaço de experimentação, criação e produção de outros modos de pensar e agir, no qual os estudantes se engajam em práticas significativas articulados às suas trajetórias e contextos de vida, para atuar como um conjunto de conteúdo a serem assimilados segundo uma lógica instrumental e tecnicista.

Ampliando essa perspectiva, o pensamento de Gilles Deleuze (2006) propõe compreender o currículo como multiplicidade e como processo de criação contínua, no qual a aprendizagem emerge de encontros, experimentações e conexões inesperadas, e não apenas da transmissão de saberes preestabelecidos. Essa abordagem evidencia a dimensão inventiva da educação, ao valorizar o potencial dos estudantes de produzir sentidos e significados próprios, em contraste com uma racionalidade alinhada à lógica do sujeito produtivo e à governamentalidade neoliberal, que privilegia eficiência, desempenho e adaptação as demandas do mercado.

Assim, ao se conceber um currículo como experiência e invenção, amplia-se a compreensão do Projeto de Vida, de modo que ele não se restrinja a uma ferramenta de autogerenciamento ou preparação técnica, mas se configure como espaço de formação humana, no qual os estudantes possam tensionar e questionar as imposições de uma lógica dominante tecnicista e disciplinar.

Cabe destacar, ainda, que a implementação dos itinerários formativos envolve desafios significativos. A oferta dessas trajetórias depende das condições estruturais e pedagógicas de cada instituição, bem como das demandas locais, o que pode limitar a liberdade de escolha real dos estudantes. Assim, a promessa de protagonismo e autonomia passa a estar condicionada às possibilidades concretas de cada escola.

3. O Novo Ensino Médio sob a ótica dos estudantes

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

A partir de uma análise foucaultiana, a reforma do Ensino Médio pode ser compreendida como um conjunto de técnicas e estratégias de governamentalidade, mobilizadas por meio de discursos e relações de poder que incidem sobre a formação dos estudantes. Nesse movimento, observamos uma orientação das práticas educativas em direção a princípios associados ao mercado, à competitividade e a perspectivas utilitaristas, conforme indicado na Lei 13.415/2017.

Nesse cenário, a reforma do Novo Ensino Médio enfatiza a preparação dos estudantes para o chamado "sucesso profissional", aproximando a organização da educação de demandas vinculadas ao mundo do trabalho. Os Itinerários Formativos, por sua vez, passam a compor esse conjunto curricular e a influenciar, em alguma medida, as trajetórias escolares dos estudantes, aspecto que também pode ser observado nas falas obtidas por meio de questões abertas aos estudantes do Ensino Médio:

> *A escolha orientou que a gente devia escolher.*
> *Não tivemos estudo aprofundado sobre a escolha do itinerário formativo.*
> *Fiquei confuso em qual escolher.*
> *Tive dúvidas de qual seria o melhor.*
> *Não me adaptei a nenhum que a escola ofereceu.*
> *Eu tive que escolher os itinerários que tinha na escola.*
> *A escolha não ofereceu o itinerário que eu gostaria de fazer.*
> *Eu escolhi o que tinha na escola, não tinha muitas opções.*
> *Acabei escolhendo mais pelo que eu acho que vai me ajudar a arrumar um emprego depois.*
> *Queria fazer outro itinerário, mas não tinha na minha escola, então, fui para o que estava disponível.*
> *Escolhi pensando no meu futuro profissional, porque dizem que ajuda a entrar no mercado de trabalho.*
> *A gente até pode escolher, mas, na prática, são poucas opções, então, não é bem uma escolha de verdade.*
> *Eu não entendi muito bem como escolher, só segui o que meus colegas falaram.*
> *Escolhi o itinerário que parecia mais fácil.*

REMUNOM
ISSN 2178-6925

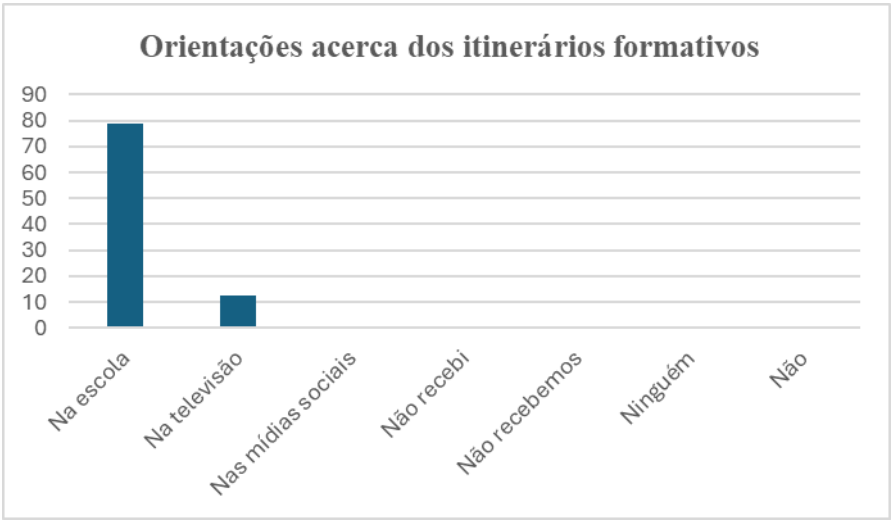
Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

(Fala dos estudantes do ensino médio, 2024).

Esses relatos, no que se refere à escolha dos itinerários formativos, indicam que, embora a proposta enfatize a autonomia e o protagonismo juvenil, as decisões dos estudantes tendem a estar condicionadas por fatores como a oferta limitadas de itinerários, as condições e influências do contexto escolar e as expectativas relacionadas à inserção no mercado de trabalho. Assim, a experiência dos estudantes indica tensões entre a proposta normativa da reforma e as condições efetivas de implementação.

Nesse sentido, o gráfico abaixo indica que a maioria dos estudantes afirma ter recebido orientação na escola acerca dos Itinerários Formativos.

Gráfico 1: Orientações acerca dos itinerários formativos



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 1 indica que 78,8% dos estudantes receberam informações e orientações na escola sobre os itinerários formativos. Apesar disso, a existência de orientações institucionais não implica, necessariamente, que os estudantes se sintam seguros em relação às suas escolhas, como afirmam em algumas falas: *"Eu escolhi o que a escola ofereceu". "Não tivemos estudo aprofundado sobre a escolha do itinerário formativo". "Tive dúvidas de qual seria o melhor". "Eu tive que escolher os itinerários que tinha na escola".* Em muitos casos, essas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

orientações podem ocorrer de forma pontual ou pouco aprofundada, o que limita a compreensão das possibilidades formativas e de suas implicações acadêmicas.

Ainda que a escola desempenhe um papel importante na mediação dessas escolhas, os dados sugerem a necessidade de problematizar a qualidade e a efetividade dessas orientações, considerando se de fato, contribuem para o fortalecimento da autonomia estudantil ou se acabam por reproduzir decisões condicionadas pelas circunstancias institucionais e pelas ofertas disponíveis.

Segundo Lemke (2002), a crítica à governamentalidade problematiza os modos pelos quais as racionalidades políticas atuam sobre as populações, muitas vezes sobre a aparência de um agir livre. Essa perspectiva permite tensionar a reforma do Ensino Médio, na medida em que os sujeitos podem permanecer, em certa medida à mercê de uma formação crítica limitada, condicionada tanto pelas estruturas institucionais quanto por demandas associadas ao mercado.

Nesse contexto, a pesquisa evidencia que a escola e o Estado nem sempre asseguram condições suficientes para o exercício da reflexão e autonomia dos estudantes. Tais elementos indicam que a escola pode assumir um papel que não se restringe à formação, mas que também envolve processos de orientação, regulação e condução de condutas dos estudantes.

Na teoria de Michel Foucault (2008), a governamentalidade é entendida como a "arte de governar", ou seja, a forma como o poder se organiza para conduzir a conduta dos sujeitos: trata-se de uma estratégia que opera por meio de instituições, conhecimentos e táticas, direcionando os indivíduos a se autogovernarem conforme a lógica do poder. Seu foco recai sobre a gestão da vida e da sociedade, visando controlar comportamentos e manter a ordem social, impactando diretamente a vida dos sujeitos.

Foucault (2008) descreve a arte de governar como um conjunto complexo de instituições, procedimentos, saberes, cálculos e táticas voltados para exercer um tipo específico de poder sobre a população e os indivíduos. A governamentalidade, como forma de biopoder, busca gerir a vida e o corpo social para aumentar riqueza e produtividade da população. Assim, constitui um

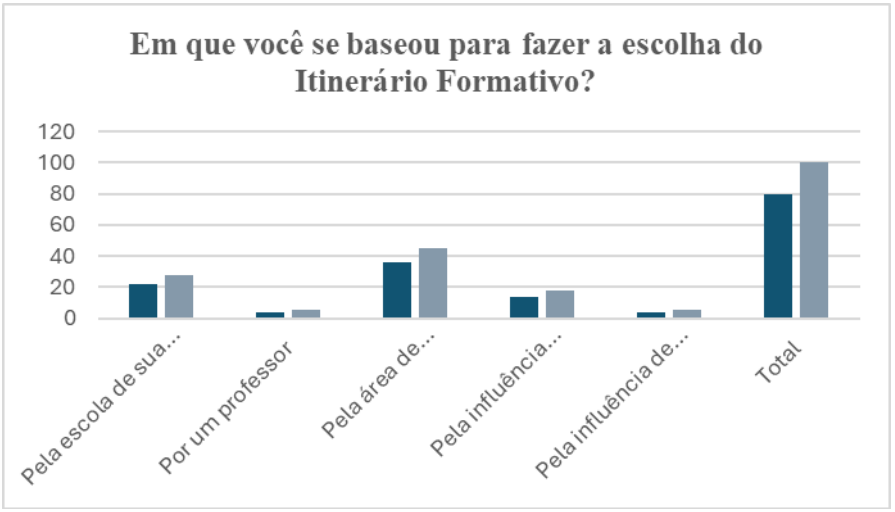
REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

elemento central do governo, atuando em múltiplas esferas da sociedade, incluindo a família e a escola.

Nesse sentido, os estudantes evidenciam de que maneira suas escolhas em relação aos Itinerários Formativos foram influenciadas pelas orientações e pelas condições oferecidas pela escola.

Gráfico 2: Influência na escolha dos itinerários formativos pelos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 2 apresenta as respostas dos estudantes quanto aos critérios que orientaram a escola dos itinerários formativos. Como podemos observar, 45% dos participantes afirmaram ter optado pela área de conhecimento com a qual possui maior interesse em se aprofundar. Por sua vez, 27,5% indicaram que sua escolha esteve condicionada às opções disponibilizadas pela escola no momento da decisão.

Além disso, 17,5% dos estudantes relataram a influência de pais ou responsáveis, enquanto os demais apontaram a participação de amigos ou de outras pessoas em suas escolhas.

Esses dados evidenciam que, embora o interesse pessoal tenha um peso relevante, as decisões dos estudantes também são atravessadas por condicionantes institucionais e por influencias do contexto social em que estão inseridos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

À luz da teoria foucaultiana, o fato de a maior parcela dos estudantes ter indicado o “interesse em se aprofundar na área de conhecimento” (45%), pode ser interpretado como um indício da internalização de determinadas racionalidades, nas quais a própria trajetória passa a ser concebida e gerida como um empreendimento. Nessa perspectiva, observa-se a incorporação de uma lógica que tende a valorizar a eficiência, a competitividade e o desempenho individual.

Nessa lógica, os sujeitos são conduzidos a se constituírem como um “capital humano”, passando a gerir sua formação educacional e profissional segundo critérios de racionalidade, interesse e maximização de aptidões. Trata-se de uma escolha que se apresenta como exercício de liberdade individual, mas que, ao mesmo tempo, pode estar imbricada em estratégias de poder próprias das sociedades governadas, nas quais o indivíduo é responsabilizado quase exclusivamente por seu sucesso ou fracasso.

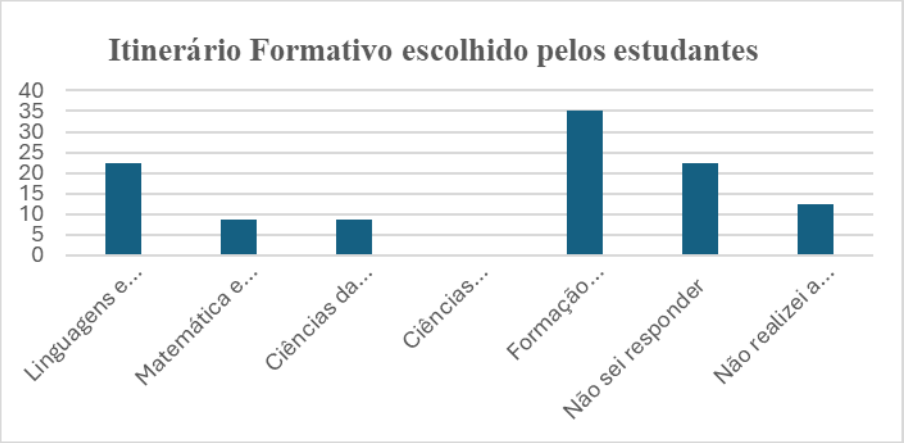
A escolha dos estudantes que indicaram ter optado pela “escola de preferência” (27,5%), pode ser compreendida como resultado de formas de governo exercidas pela própria instituição escolar, que, por meio de sua organização e de seus mecanismos de gestão e orientação, delimita e direciona possibilidades de escolha. Já os 17,5% que relataram influência dos pais evidenciam o papel da família como instancia relevante na orientação das condutas, contribuindo para a formação dos valores, expectativas que também incidem sobre as escolhas educacionais dos estudantes.

Diante disso, as escolhas dos estudantes anteriormente apresentadas se refletem nas áreas dos itinerários formativos selecionadas, conforme evidencia o Gráfico 3. Essa relação permite compreender como tais decisões se vinculam às opções disponibilizadas pelas escolas, revelando a articulação entre interesses individuais e as condições e limites impostos pela oferta institucional.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

Gráfico 3: Itinerário formativo escolhido pelos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 3 apresenta as áreas dos itinerários formativos escolhidas pelos estudantes. De acordo com os dados da pesquisa, 35% optaram pela formação técnica e profissional, configurando-se como a área mais selecionada. Em seguida, 22,5% dos participantes afirmaram não saber responder, enquanto 12,5% declararam não ter realizado a escolha do itinerário.

No que se refere as demais áreas, 10% dos educandos escolheram Linguagens e suas Tecnologias. Já as áreas de Matemática e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza e suas Tecnologias registraram, cada uma, 8,8% das escolhas.

Cada área dos itinerários formativos apresentas especificidades próprias. De acordo com o Ministério da Educação (Brasil, 2024), a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias tem como objetivo promover estudos de caráter investigativo, capazes de problematizar questões socioculturais e favorecer a compreensão de leis e teorias aplicáveis, especialmente no campo ambiental.

No que se refere à área de Linguagens e suas Tecnologias, seu objetivo central é promover a participação cultural juvenil por meio de atividades como teatro, música, artes visuais, cinema, literatura e dança, entre outras práticas socioculturais. Esse itinerário é composto pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

Já a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas busca fomentar a capacidade de diálogo e o debate entre diferentes culturas e saberes, contribuindo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

para a formação de sujeitos críticos e éticos. Contudo, apesar de sua relevância formativa, os dados da pesquisa indicam uma menor adesão dos estudantes a esse itinerário.

A área de Matemática e suas Tecnologias tem como objetivo aprofundar conceitos matemáticos articulados às demandas do mundo do trabalho. Nesse percurso, os estudantes são incentivados a desenvolver processos investigativos por meio do raciocínio lógico-matemático, da construção de modelos e da resolução de problemas. Por sua vez, a Formação Técnica e Profissional fundamenta-se na compreensão do trabalho como princípio educativo. Essa área busca preparar os estudantes para o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de sua carreira profissional. O itinerário técnico e profissional destina-se à oferta de programas de aprendizagem que sustentam percursos formativos considerados relevantes para jovens, favorecendo sua futura inserção profissional no mundo laboral (Brasil, 2024).

Diante desse panorama, emerge o seguinte questionamento: as escolas pesquisadas ofertam as cinco áreas dos itinerários formativos? Os dados da pesquisa indicam que cada uma dessas instituições não disponibilizam todos os itinerários. Cabe destacar que o Conselho Nacional de Educação estabelece que cada escola deve ofertar, no mínimo, dois itinerários formativos, não sendo obrigatória a disponibilização das cinco áreas. Tal diretriz evidencia que as possibilidades de escolha dos estudantes estão condicionadas às estruturas e aos recursos institucionais de cada escola.

A insuficiência de infraestrutura adequada, a carência de professores qualificados em determinadas áreas e a ausência de planejamento articulado entre as etapas da educação básica são desafios significativos para a implementação justa dos itinerários formativos no Brasil. Tais limitações fragilizam o discurso de protagonismo estudantil, uma vez que, na prática, muitos jovens não dispõem de condições reais para escolher a área que melhor se alinha a seus interesses e projetos de vida.

Segundo Lemke (2017), a dominação configura uma forma de poder que se manifesta em possuem espaço limitado, ou mesmo inexistente, para se posicionar.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

Essa perspectiva permite compreender a falta de autonomia dos estudantes diante das restrições que condicionam a escola dos itinerários formativos.

Retomando o gráfico, observamos que 35% dos estudantes optaram pela formação técnica e profissional como itinerário, evidenciando uma tendência de priorização por parte das políticas educacionais, da produção e da empregabilidade em detrimento da formação científica e cidadã.

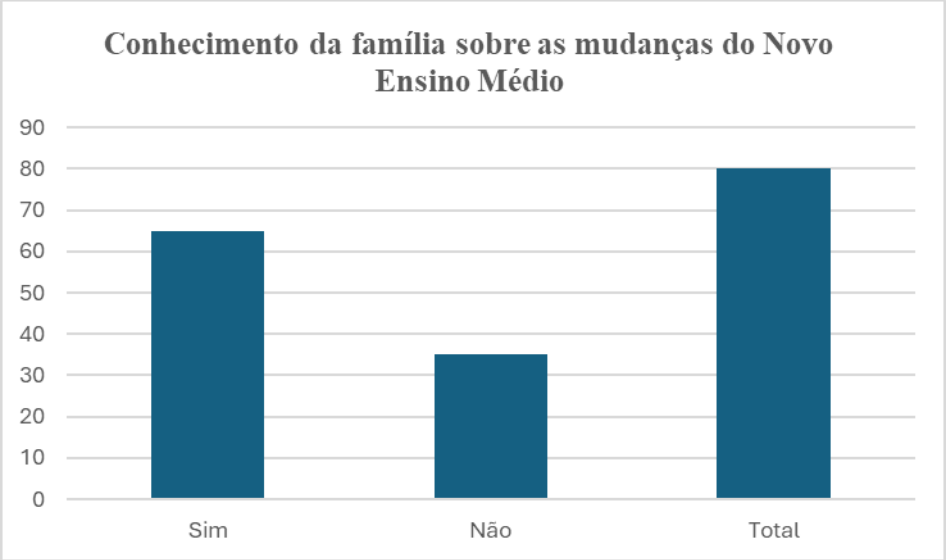
De acordo com Lemke (2017, p. 198), “a governamentalidade é introduzida por Foucault para estudar a capacidade ‘autônoma’ de autocontrole do indivíduo e como isso está ligado a formas de dominação política e exploração econômica”. Essa análise evidencia que o Estado orienta a formação dos jovens para o mercado produtivo, privilegiando a lógica econômica em vez da ampliação da formação crítica e científica.

Na abordagem de Michel Foucault (2008), a governamentalidade constitui um conceito analítico que permite compreender como, a partir do século XVII, o poder passou a se exercer como forma de gestão da vida e da população. Por meio de conhecimentos científicos e técnicos, ele direciona as condutas individuais e sociais, articulando normatividade e controle social às demandas econômicas e institucionais, com o objetivo de assegurar ordem e produtividade.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

Gráfico 4: Conhecimento da família sobre as mudanças do Novo Ensino Médio



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 4 apresenta os resultados da pesquisa acerca do conhecimento prévio das famílias dos estudantes em relação às mudanças no Ensino Médio. Como podemos observar, 65% dos estudantes relataram que suas famílias tinham conhecimento das alterações, enquanto 35% indicaram desconhecimento sobre as mudanças.

A implementação do Novo Ensino Médio, instituída pela Lei n° 13.415/2017 e complementada pela Base Nacional Comum Curricular, fundamenta-se, segundo Lopes (2019) na flexibilização curricular e na valorização do projeto de vida dos estudantes. Contudo, para que a reforma fosse efetivamente implementada, era necessária a compreensão das mudanças por toda a comunidade escolar, em especial pelas famílias, que desempenham papel essencial no apoio e na orientação dos estudantes em parceria com as escolas.

O fato de a maioria das famílias ter ciência das mudanças não significa, necessariamente, que compreenderam a nova estrutura curricular ou consigam perceber de que forma ela contribuirá para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Essa aparente compreensão pode, portanto, “mascarar” os objetivos reais subjacentes as informações disponibilizadas.

Nesse contexto, Foucault (2008) e Lemke (2002), ao analisarem a governamentalidade e a condução das condutas, destacam a sutileza desse

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

processo, no qual os sujeitos são conduzidos a alinhar-se aos objetivos da formação profissional e da autonomia individual, apresentados sob a aparência de uma escolha livre. Trata-se de mecanismos que operam de modo não coercitivo, mas que orientam praticas, desejos e expectativas, configurando determinadas formas de subjetivação.

Partindo dessa compreensão, perguntamos aos estudantes: de que maneira os itinerários formativos oferecidos pela sua escola dialogam com a sua realidade, seus interesses e planos de vida? De modo geral, as respostas evidenciam percepções variadas; contudo, em muitos casos, marcadas por fragilidades na articulação entre o que e ofertado, como é ofertado e as expectativas individuai dos estudantes. Entre as manifestações, destacam-se:

> *Os itinerários não têm muita relação com o que eu quero.*
> *Eu escolhi mais por falta de opção do que por interesse.*
> *Em parte, ajuda, mas não aprofunda no que pretendo seguir.*
> *Não tive muita orientação no que escolher, então, acabei escolhendo o que estava disponível.*
> *Alguns conteúdos até se aproximam do que eu penso, mas de forma superficial.*

Em geral, as respostas evidenciam percepções fragilidades, dificuldades de contexto entre itinerários e suas expectativas de vida. Alguns estudantes relatam que os itinerários dialogam parcialmente com seus interesses, especialmente quanto a áreas especificas de afinidade. Outros apontam que não perceberam relação direta entre os itinerários disponíveis e suas expectativas, indicando que as escolhas acabam sendo realizadas mais por disponibilidade do que por identificação.

Diante desse cenário, observamos que, embora os itinerários formativos tenham potencial para aproximar a escola dos interesses dos estudantes, na pratica essa relação ainda se mostra parcial e, em alguns contextos, fragilizada. Assim, a escola continua operando, em certa medida, a reprodução das diretrizes governamentais, com limitações na efetivação de uma proposta que contemple, de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

modo mais significativo, as realidades, os interesses e os projetos de vida dos estudantes.

4. Considerações finais

A análise dos dados da pesquisa, a luz dos referenciais teóricos de Michel Foucault (2008) e Thomas Lemke (2002) sobre a governamentalidade, permite uma compreensão crítica e complexa da implementação do Novo Ensino Médio no Brasil. Sustentada pela Lei n° 13.415/2017 e pela BNCC, a reforma apresenta como um de seus eixos centrais a flexibilização curricular, deslocando o estudante para uma posição de protagonismo e na construção de seu projeto de vida, inclusive em suas dimensões profissionais (Lopes, 2019). No entanto, os resultados empíricos indicam que, embora se proponha um campo ampliado de escolhas, a autonomia discente tende a ser reproduzida e, simultaneamente, delimitada por condições institucionais concretas, bem como pelas dinâmicas de poder que atravessa, a organização escolar.

Um ponto de inflexão diz respeito à aparente facilidade de escolha dos itinerários pelos estudantes (85%), dado que se articula de maneira significativa ao elevado índice de orientação escolar, que alcança 78,8%.

Esse resultado evidencia que processo decisório discente não ocorre em um campo plenamente aberto, mas é mediado por dispositivos institucionais de orientação que incidem diretamente sobre as trajetórias possíveis. À luz da noção de governamentalidade, tal configuração pode ser compreendida como uma forma de “condução de conduta”, na qual a escola atua não apenas como espaço de oferta, mas, também, como instância ativa “na influência” das escolhas dos estudantes. Assim, a escolha, ainda que formalmente livre, revela-se atravessada por mecanismos sutis de controle, que organizam e delimitam os horizontes de ação disponíveis aos estudantes.

A motivação dos 45% dos estudantes que escolheram itinerários alinhados a área de seu interesse, embora possa sugerir um exercício de liberdade, pode estar articulada a racionalidades que incentivam os estudantes a planejar suas trajetórias

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

de forma estratégica, considerando perspectivas de inserção futura e desenvolvimento profissional.

Além disso, a influência da escola de preferência e do contexto familiar contribui para a constituição dessas decisões, indicando que a autonomia discente se dá em interação com diferentes referências e mediações sociais. Mais do que uma oposição entre liberdade e controle, observamos um entrelaçamento entre práticas de orientação e processos de escolha, no qual a autonomia dos estudantes se constrói no diálogo com estruturas institucionais e sociais que orientam e organizam, ainda que de maneira sutil, os caminhos possíveis.

As limitações relacionadas à infraestrutura e à qualificação docente podem restringir a oferta dos itinerários formativos, o que, por sua vez, reduz a possibilidade de escolha efetiva por parte dos estudantes.

Essa limitação tende a deslocar a ideia de uma “escolha livre” para um cenário em que as possibilidades são em parte condicionadas pela própria estrutura institucional, enquanto as demandas sociais e as dinâmicas do mercado influenciam as prioridades formativas (Lemke, 2017). Como consequência, a construção das trajetórias educacionais dos estudantes pode ocorrer de modo menos autônoma, com uma maior incidência de escolhas voltadas à formação técnica e profissional (35%), em detrimento com a formação científica e humana.

No que se refere ao conhecimento das famílias sobre a reforma (65%), esse percentual indica familiaridade com as mudanças, mas não implica, necessariamente, uma compreensão mais aprofundada de seus efeitos sobre o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. As escolhas realizadas nem sempre se relacionam diretamente a uma percepção de qualidade formativa, podendo também ser influenciada pela oferta limitada de itinerários e pelas expectativas associadas ao mercado de trabalho.

A análise demostra que o Novo Ensino Médio, ao mesmo tempo em que propõe inovações curriculares e a ampliação do protagonismo juvenil, se insere em um modelo de governamentalidade que tende a orientar a formação dos sujeitos em consonância com as demandas do contexto neoliberal, favorecendo sua adequação às exigências do mercado.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as leis Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 124 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base**. Brasília: MEC, 2017, versão final. In: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico. 2017b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Itinerários formativos do Novo Ensino Médio**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/itinerarios-formativos-do-novo-ensino-medio. Acesso em: 5 nov. 2025.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido.** Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006. [Arquivo on-line].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. ***Segurança, Território, População.*** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber.** 1988.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMKE, Thomas. Foucault, governmentality, and critique. **Rethinking Marxism**, v. 14, n. 3, p. 49-64, 2002.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, 2019. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963. Acesso em: 12 jun. 2025.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; SILVA, Marlon Silveira da. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida. **Educação Especial,** Santa Maria, v. 35, p. 1-22, 2022. 2022. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X71377. Acesso em: 12 jun. 2025.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 23/03/2026
Vol: 13.03
DOI: 10.66104/47m0rx43
Pages: 1-24

THESSING, Aline Francieli. O novo ensino médio e o papel da filosofia como antidespótica: o currículo como estratégia política. **Uniletras,** v. Disponível em: DOI: 10.5212/Uniletras.v.42.15367.2020. Acesso em: 12 jun. 2025.